

OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX

Fernando Matozinhos Porfírio⁷⁸

Luiz Felipe Magnago Blum⁷⁹

Ruth Stein Silva⁸⁰

RESUMO

O presente artigo busca compreender o contexto em que se deu a exploração ultramarina de Portugal e o período colonial brasileiro com ênfase na escravidão. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, a importância do trabalho escravo para o funcionamento da economia colonial no Brasil do século XVI ao XIX. Busca-se evidenciar o trabalho escravo como um fator econômico determinante na colonização do território brasileiro por parte dos portugueses. Apresenta argumentos sobre a influência dos lucros gerados pelo trabalho escravo na construção do Brasil colonial nos diferentes períodos da colônia - na era da cana-de-açúcar, na descoberta do ouro e no período do café - até a abolição da escravidão. Argumenta-se que o trabalho escravo foi um fator importante na decisão econômica de se colonizar o Brasil e, posteriormente, como o tráfico de escravos africanos se tornou uma atividade lucrativa em si. O artigo ainda discute as mudanças nas relações de escravidão nos diferentes períodos coloniais. O estudo também aponta que, mesmo os lucros da escravidão não sendo mais decisivos na viabilidade econômica das atividades cafeeiras desenvolvidas no país, eles ainda eram significativamente elevados.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Lucros. Metrópole. Colônia. Ciclos de Produção.

1. INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil está diretamente relacionada com o processo histórico que se desdobra na Europa: a expansão comercial ultramarina europeia. Esse movimento ocorreu num contexto em que havia uma crescente demanda por novos mercados por parte dos países europeus e a necessidade da descoberta de novas rotas comerciais. A expansão ultramarina europeia fez mais do que descobrir novas rotas comerciais para o Oriente, também entrelaçou todos os continentes e

⁷⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁷⁹ Bacharel e mestre em administração e Doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁸⁰ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

estabeleceu um mercado mundial com uma clara divisão internacional da produção. Outra consequência deste processo expansionista foi a colonização de diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil, foco deste artigo. As colonizações tinham como objetivo principal a busca por metais preciosos e a produção de insumos pela colônia, ou seja, objetivos extrativistas. Essa colonização moderna se caracterizou pela subordinação, econômica e política, de áreas dos demais continentes à Europa Ocidental. O colonialismo, como ficou conhecido o processo de dominação de parcela do globo por parte das nações europeias, impulsionou a acumulação de capital e acelerou a formação do modo de produção capitalista em um grupo de países europeus, entretanto, somente onde a estrutura socioeconômica o permitiu. Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, foram os pioneiros deste movimento.

Nesse processo, o trabalho escravo teve papel fundamental na viabilidade econômica da colonização de algumas regiões, em especial no Brasil, principalmente antes da descoberta do ouro. Diante do exposto, o presente artigo busca compreender o contexto em que se deu a exploração ultramarina de Portugal e o período colonial brasileiro com ênfase na escravidão. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, a importância do trabalho escravo para o funcionamento da economia colonial no Brasil do século XVI ao XIX. Esse debate se mostra relevante ao evidenciar as mudanças nas relações de trabalho no Brasil e o papel histórico e econômico do escravo no processo de colonização do país e, conseqüentemente, no atual contexto brasileiro.

Assim, é feita uma breve introdução do contexto histórico da expansão ultramarina europeia, bem como dos aspectos singulares da colonização do Brasil. Na sequência, o artigo explora os períodos coloniais brasileiros, com ênfase na escravidão e nos lucros gerados por essa atividade. No início da colonização, a mão-de-obra escrava proporcionou lucros que foram fundamentais para a ocupação e defesa do território brasileiro por parte dos portugueses. A importância dos lucros ainda se mantém com a descoberta do ouro, apesar da dinâmica da escravidão ter sofrido algumas alterações. No período do café, mesmo que os ganhos econômicos da escravidão ainda terem sido altos, não foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade cafeeira no país. São destacados, ainda, alguns aspectos sobre o tráfico negreiro e seu caráter lucrativo. Por fim, conclui-se que os lucros gerados pelo trabalho escravo foram fundamentais no início da colonização do Brasil, e perderam relevância no século XIX, embora ainda se mantivessem. Desta forma, o trabalho escravo teve papel fundamental na construção, desenvolvimento e consolidação do Brasil colonial e atual.

2. OS ASPECTOS DA EXPANSÃO COLONIAL DE PORTUGAL

Após o fim da peste negra, a Europa entrava em um novo momento de sua economia. Foi em meio a depressão agrária, que ocorreu entre meados dos séculos XIV e XV, que iniciou-se a expansão ultramarina europeia. Essa depressão, como mostra Fragoso et al., (2000), se caracterizou como um momento de queda dos preços dos cereais e uma alta salarial. Ambos resultados se derivaram da grande queda populacional causada pela peste, pois, se por um lado, a maior disponibilidade de terras permitiu um aumento da produção, por outro, a redução populacional também gerou uma diminuição na demanda por alimentos. Neste contexto, os custos da mão-de-obra se elevaram e os ganhos senhoriais diminuíram. Esse declínio do poder da nobreza criava um espaço para o fortalecimento da autoridade monárquica, contribuindo para o surgimento dos Estados Nacionais. Com isso, cabia às monarquias, através de um poder militar e político concentrado, a própria manutenção da autoridade aristocrática. Outro fator histórico elementar para entender os movimentos dos países europeus é o avanço turco-otomano, que, entre 1326-1393, se apossou de grande parte da península Balcânica. Esse evento fez com que os europeus iniciassem uma “corrida” para o estabelecimento de novas rotas para o Oriente, visando o abastecimento de especiarias.

Portugal, nosso objeto central de pesquisa, apesar de ter na agricultura sua principal base econômica e social, desde o século XIII, via o comércio marítimo se apresentando como um importante elemento da economia. Dado que, desde esse período, já eram mantidos contatos comerciais com os Flandres, Espanha e o norte da África. Como aponta Fragoso et al., (2000), os lusos ostentam o fato de serem os pioneiros do processo de expansão ultramarina, praticando um mercantilismo que tinha como foco a exploração colonialista.

Esse precursionismo, como exposto por Fragoso et al., (2000), veio de uma combinação de diversos fatores. O primeiro destes é a posição geográfica, que certamente o favoreceu, se apresentando com uma condição altamente vantajosa. Porém, se considerarmos o fator geográfico inalterável, cabe explicar o porquê deste processo ter ocorrido justo neste período e não em outro momento qualquer. Embora importante, somente a posição geográfica não é capaz de explicar o processo de expansão ultramarina. No início do século XV, Portugal, diferente de outros países da Europa, já dispunha de fronteiras definidas, além de um forte poder estatal e em processo de contínua centralização. Tal centralização propiciou a Portugal mobilizar recursos da sociedade, transformando o Estado numa espécie de “empresário”, o que permitiu resolver a dificuldade de reunir haveres econômicos para financiar estas expedições. Dentre os objetivos econômicos existentes, a nobreza e a burguesia mercantil portuguesa compartilhavam de um mesmo interesse:

o processo expansionista. Havia um interesse mercantil em expandir suas rotas comerciais e tornar seus empreendimentos mais rentáveis, aliado às pretensões da nobreza de obter novas fontes de renda para o Estado. Outro desejo de Portugal era estabelecer novas rotas para o Oriente, com o intuito de fortalecer o comércio de especiarias. Em consonância a isto e ao bulionismo, desponta o interesse por metais nobres, amplificado pela disseminação de notícias a respeito de ouro no nordeste africano. Este contexto caracteriza o início do processo de construção do império comercial ultramarino português, permitindo a Portugal deslindar problemas internos de sua sociedade.

Como mostra Caio Prado Júnior (1945), enquanto os holandeses, ingleses, normandos e bretões ocupavam-se com sua vida comercial recém-aberta, os Portugueses já iam mais longe. Eles procuraram empresas sem concorrentes mais antigos já instalados e buscaram na costa ocidental da África, traficar com os mouros que já dominavam a população indígena. Neste avanço pelo mar, descobriram as ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, e continuaram buscando mais pela costa da África em direção ao sul.

Essas descobertas permitiram solucionar parte dos problemas internos, pois como expõe Fragoso et al., (2000), a conquista de Ceuta (1415), a da Ilha da Madeira (1419) e, posteriormente, Ilha dos Açores (1439), reuniu os interesses de três diferentes partes: o Estado, os mercadores e os aristocratas. Os mercadores tinham em mente que a conquista das praças mercantis mouras do norte da África permitiria o acesso às rotas de especiarias e cereais do Marrocos. Para a aristocracia, essa nova região poderia abrigar novos senhorios no futuro e, por fim, essas novas regiões se tornaram mais uma fonte de renda para o Estado. No decorrer deste processo, além do comércio de especiarias, Portugal estabelece novas unidades produtivas, baseadas na mão de obra escrava. Constituiu-se então um novo sistema econômico no Atlântico Sul, pautado em grandes plantações e no trabalho escravo africano e ligados ao mercado europeu, as plantations. Essa experiência no Atlântico, de acordo com Furtado (2005), é de grande importância para a solução dos problemas técnicos que envolvem a produção de açúcar, estimulando a indústria de equipamentos para engenhos açucareiros em Portugal.

Em 1482, foi fundada a feitoria fortificada de São Jorge da Mina, atualmente localizada na cidade de Elmina, no Gana, litoral da África Ocidental, que se transformou em um importante centro para o tráfico de escravos, marfim, ouro e pimenta. Entre 1505 e 1515, consolidou-se a presença portuguesa no Índico para além da África e do Brasil, praticamente completando o império ultramarino português. De acordo com Prado Jr. (1945), todas essas descobertas e conquistas são

resultados de mais um capítulo da história do comércio europeu, em que o avanço para o mar, a partir da imensa empresa comercial europeia, alarga seus horizontes pelo Oceano.

2.1. SINGULARIDADES DO BRASIL COLONIAL

A colonização do Brasil foi, em muitos aspectos, divergente das outras registradas, com características peculiares e algumas delas incompreensíveis aos olhos de estudiosos da época. Como mostra Fragoso et al., (2000), dentre estes aspectos se encontra a forma como a escravidão foi introduzida no território colonial.

A economia mercantilista era regida pelo bulionismo, neste contexto, a descoberta de um novo território trazia consigo a necessidade de que este possuísse jazidas de ouro, prata ou pedras preciosas que financiassem sua ocupação, tornando-a atrativa à Coroa. Entretanto, apesar da diversidade de fauna e flora acentuadas, os metais preciosos não foram encontrados em primeira instância pelos portugueses, diferente do que aconteceu com os espanhóis em sua porção do continente delimitada pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, até a década de 1530, a exploração da América portuguesa se deu a partir de feitorias, chamadas também de capitânicas hereditárias, espalhadas ao longo da costa brasileira e controladas pela Coroa, realizando a extração do pau-brasil. Desta forma, a abordagem portuguesa não estabelecia estruturas produtivas que servissem de base para se povoar o novo território.

Embora ainda não tivesse descoberto metais preciosos, a Coroa portuguesa não perdeu o interesse em seu novo território. Devido às suas esperanças de encontrar ouro em partes remotas da região, houve a intensificação das disputas com a Espanha pela divisão territorial do Novo Mundo. E, para evitar invasão por parte de outras nações europeias, que se davam principalmente pelas incursões de piratas franceses na costa brasileira, iniciaram um sistema agrário como forma de ocupar grandes extensões de terra e gerar alguma forma de lucro para Portugal. Como revelado por Novais (1989), a base desse sistema que permitia essa extração de riqueza por parte de Portugal de sua colônia era o chamado "exclusivo metropolitano", que, em suma, se caracterizou por ser uma reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Essa exclusividade permitia uma apropriação dos lucros excedentes gerados nas colônias pela metrópole, processando-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

As plantações de cana-de-açúcar, de acordo com Fragoso et al., (2000), que já haviam sido testadas com sucesso em Pernambuco (1516) e em São Vicente (1532), se mostraram um negócio lucrativo, podendo então se adequar aos interesses de Portugal. Para que fosse possível produzir em grande escala, implantou-se um sistema de ocupação em que a distribuição de terras se deu através de

doações reais (capitania-donatária): o rei cedia a um "capitão", uma pessoa de confiança da Coroa, o controle parcial sobre um território e seus habitantes. Todo esse sistema funcionava sob o controle de funcionários do poder central. Neste contexto, dividiram-se as terras em 14 capitanias hereditárias, distribuídas entre 12 capitães. Como analisa Novais (1989), essa política foi adotada de forma perspicaz por Portugal, pois permitiu uma liberdade de comércio na fase inicial, com o intuito de estimular a vinda de recursos e capitais para a instalação da produção colonial, com um posterior enquadramento no sistema exclusivista quando a economia periférica entrava em funcionamento.

Naquele momento, a produção açucareira era realizada com uso de mão de obra escrava indígena, os chamados negros da terra. Entretanto, a quantidade de escravos provenientes das guerras intertribais não era suficiente para ampliar o sistema de produção e suprir a crescente demanda de importação europeia, além de acarretar um aumento considerável nos gastos da Coroa portuguesa.

Apesar das exportações ascendentes para a Europa e o monopólio da produção de açúcar terem promovido grandes riquezas para Portugal, os altos custos com mão de obra, transporte e produção tornaram inviável manter a agricultura funcionando desta maneira na colônia. A necessidade crescente de diminuir custos fez com que os portugueses aplicassem a forma de produção escravista, usada nos arquipélagos de Açores e da Madeira, no Brasil. Começa a ser introduzido o escravo negro na colônia portuguesa.

3. INTRODUÇÃO DO ESCRAVO NEGRO NA COLÔNIA

A introdução do trabalho escravo negro no território colonial foi feita gradativamente. Os primeiros africanos foram enviados pela metrópole próximo a 1550, entretanto, o tráfico só começou a se intensificar a partir de 1570. Esse fenômeno ocorreu, principalmente, por conta dos altos lucros gerados pelo próprio tráfico negreiro, apesar de um escravo negro custar até 3 vezes mais do que um escravo indígena em muitos lugares da colônia. Na Bahia, por exemplo, entre 1572 e 1575, um escravo de origem Tupi custava cerca de 7 mil réis enquanto um escravo africano custava 20 mil réis para o comprador e, mesmo com esta disparidade de valores, o tráfico negreiro ainda era mais lucrativo.

Compreende-se o quanto isto seria vantajoso aos traficantes. Estes faziam gastos iniciais na armação dos navios, no pagamento às tripulações e na compra dos produtos com os quais iam adquirir os escravos a serem vendidos nos portos das Américas. [...] podiam os traficantes europeus adquirir os escravos por um preço que, juntando todos os gastos feitos, não representaria senão pequena fração do

preço final no mercado americano; pois, enquanto o escravo não tinha valor na África, o contrário sucedia do outro lado do Atlântico. (GORENDER, 1978, p. 125)

As altas taxas de lucro se davam principalmente pelo baixo custo do negro na costa africana, dado o fato de que a grande maioria dos escravos eram os perdedores das guerras intertribais ou provenientes de povos que viviam próximos à costa, em locais de fácil acesso para a captura. Outros fatores importantes foram a precariedade do transporte, pois os primeiros navios, chamados tumbeiros, transportavam até quatro vezes sua capacidade por viagem, além dos altos preços de venda gerados pela demanda no Nordeste brasileiro. Isso dava ao traficante a possibilidade de atravessar centenas de escravos de uma só vez, com custos que eram cobertos mesmo perdendo até 30% da tripulação escrava negra.

Os africanos que resistiam à viagem e chegavam à colônia portuguesa com vida eram vendidos nas ruas. Deste período até a venda, eles recebiam um melhor tratamento e eram postos à engorda, com o objetivo de deixá-los com um aspecto mais saudável. À noite, eram enclausurados em armazéns e no outro dia retornavam às ruas para a venda. Com o passar das décadas, o tráfico negreiro tornou-se tão acentuado que nos séculos vindouros grande parcela da população brasileira seria composta por escravos. Segundo Kok (1997, p.22), “No início do século XIX, dos quatro milhões de habitantes que viviam na colônia, aproximadamente a metade dessa população era escrava.” Com base nos dados da Slave voyages, estima-se que dos 12,5 milhões de africanos trazidos para a América, o que equivale a quase 11,4 mil viagens negreiras, 4,8 milhões de escravizados tiveram a América portuguesa como destino. Destes escravos que chegaram ao Brasil, cerca de 80% eram trabalhadores dos engenhos de açúcar, os chamados escravos de campo, e os 20% restantes se formavam por escravos domésticos e artesãos.

Os grandes engenhos mantinham-se ativos de forma ininterrupta por, aproximadamente, 8 a 9 meses de safra, sendo necessários, no mínimo, cerca de 40 escravos trabalhando. Os escravos tinham origens distintas, falavam línguas e dialetos divergentes e esses fatores, somados aos constantes castigos físicos, continham possíveis revoltas e insurreições dos escravos. Segundo Koch (1997, p.26), estes castigos serviam para "trazer bem domados e disciplinados os escravos". Era comum o uso de chicotes e correntes de metais, sendo frequentes marcas e mutilações pelo corpo. Essas condições não permitiam que os escravos adultos suportassem mais do que 10 anos de trabalho.

Os escravos que trabalhavam na casa-grande, desempenhando seu trabalho em atividades domésticas, possuíam condições de vida um pouco melhores. De acordo com Kok (1997), essas

melhores condições se traduziam em mais liberdade, segurança e prestígio, além da redução no número de castigos aplicados, embora bem apartados dos valores de sua matriz africana.

A sociedade colonial brasileira, contudo, não se resume apenas em suas plantações de cana-de-açúcar, voltadas para o mercado internacional e na relação do escravo com a casa-grande. A criação de gado era uma atividade econômica ligada ao mercado interno, não sendo voltada apenas para a alimentação, mas também ao transporte, tendo em vista que, nos engenhos, na maioria dos casos, se utilizava a força animal. O deslocamento se dava, quase sempre, de forma terrestre, utilizando bois e mulas como força motriz. Logo, é possível definir os animais de tração como elementos imprescindíveis ao engenho.

Em suma, a pecuária era um setor básico para o funcionamento da economia como um todo. Dessa forma, vêem-se amplas áreas especializadas nessa atividade, como o sertão do rio São Francisco até os rios Tocantins e Araguaia, amplas áreas do Piauí, do Maranhão o sertão da Bahia, os campos de Curitiba, o litoral do norte fluminense, da capitania da Paraíba do Sul e a Comarca do Rio das Mortes (atual sul de Minas Gerais). (FRAGOSO et al., 2005, p. 59)

Como discorreu Furtado (2005), o engenho poderia continuar a sua ascensão enquanto o mercado externo absorvesse as quantidades crescentes de açúcar num nível satisfatório de preços. Isso aliado, é claro, a uma oferta elástica externa de força de trabalho, até ocupar todas as terras disponíveis. Porém, se considerarmos uma relativa abundância de terras, é plausível admitir que as expectativas de expansão eram ilimitadas por esse lado. Tudo indica, portanto, que a capacidade produtiva foi regulada com o objetivo de evitar um colapso nos preços, ao mesmo tempo que se buscava divulgar o açúcar e ampliar sua área de consumo.

A economia açucareira resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, conseguindo recuperar-se sempre que as condições do mercado externo a permitiam, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. Nota-se que nesse período, o trabalho escravo foi determinante para tornar lucrativa as atividades desenvolvidas no Brasil. Desde a venda de escravos, passando pela produção pecuária para sustento e apoio às atividades de plantio de cana-de-açúcar, até o cultivo e exportação da cana em si, em grande parte, os lucros eram assegurados pela exploração da mão de obra escrava, tanto indígena como africana. Essa última, a partir desse período, passou a ganhar cada vez mais importância para a persistência dos lucros da colônia.

Contudo, na segunda metade do século XVII, o mercado do açúcar desarranjou-se. Teve início a forte concorrência antilhana, reduzindo os preços à metade. Aliado a isso, por outro lado, a

economia mineira começava a atrair a mão de obra especializada, elevando os preços dos escravos e reduzindo ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira.

Esses fatores ocasionaram uma relativa pauperização dos senhores de engenho, que acabaram perdendo terras e escravos.

Foi nesse contexto crítico que, na última década do século XVII, paulistas descobriram depósitos aluviais de ouro em Minas Gerais. [...] Essa descoberta não poderia deixar de ter efeitos importantes sobre a evolução econômica de Portugal e sua colônia. De fato, o Brasil se tornou no século XVIII o maior produtor de ouro do mundo, com uma produção superior à do restante das Américas e também à da soma das produções dos outros continentes. (LAGO, 2014, p. 20)

Na última década do século XVII, a Coroa portuguesa passou a estimular a busca por ouro no interior da colônia. Isso se apresenta como um desdobramento da necessidade de que o Brasil continuasse sendo uma grande fonte de lucro, sendo este por meio do ouro em matéria ou através de impostos exacerbados, como o Quinto e a meta anual de impostos. Entretanto, existem outros fatores que levaram ao incentivo da busca e exploração dos metais preciosos. De acordo com Fausto (1994) a competição por poder com a Espanha e a necessidade de aliviar o financeiro da metrópole, mesmo que por um período curto de tempo, foram cruciais para o incentivo da atividade mineradora.

Além das mudanças econômicas causadas pelas descobertas de metais preciosos, os fenômenos sociais passaram a ocorrer de forma acelerada, o que promoveu uma demasiada alteração na sociedade colonial. Essas mudanças foram causadas, principalmente, pela grande quantidade de portugueses que chegaram ao país na corrente migratória causada pela corrida por ouro no início do século XVIII.

4. A EXPLORAÇÃO DAS MINAS GERAIS E A MUDANÇA NA ESCRAVIDÃO

As regiões onde as minas foram encontradas atraíram um grande número de pessoas, o que levou ao desenvolvimento de vários núcleos populacionais na região das Minas Gerais, consolidando assim o surgimento de uma vida urbana. Este contexto fez com que, em 1742, 70% da população da região das Minas Gerais fosse escrava. Segundo Kok (1997, p. 27) "Do final do século XVII a meados do século XVIII, calcula-se que 1.700.000 negros foram importados, sendo 1.140.000 vindos de Angola e os demais da Costa da Mina".

A mineração, que no início se dava nos barrancos das margens dos rios ou em seu leito, apresentava condições de trabalho bem precárias. Posteriormente, por volta de 1720, introduziu-se também a exploração das encostas dos morros e das galerias subterrâneas. Os escravos continuavam sendo mal alimentados e, frequentemente, castigados fisicamente. As punições que eram aplicadas aos escravos passavam por espancamento, chibatadas e o tronco. O tronco se caracterizava por ser um instrumento comum nas fazendas brasileiras, era utilizado para prender partes do corpo do escravo e permitir que ele fosse brutalmente agredido.

Dado o contexto, caso confrontemos as condições de vida dos escravos do engenho de açúcar e os da região mineradora, é possível se estabelecer que as condições de vida dos escravos na mineração não se distanciavam das condições nas plantações de cana-de-açúcar, sendo igualmente precárias. Como afirmou Kok (1997, p. 28) "Estima-se que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos, dadas as duras condições de trabalho nos rios, lavando cascalho, e nas escuras galerias subterrâneas."

Contudo, havia um fator particular da região mineradora que a diferenciava, pois nela o escravo tinha mais chances de mudar sua condição, quer por fugas ou por alforrias. A alforria, anos mais tarde, se apresenta com números relevantes, segundo Kok (1997, p. 29) "(...) em 1786, quando as lavras declinaram, os alforriados constituíam 35% da população negra." Esse crescimento da quantidade de escravos que adquiriram sua alforria são justificados pelo furto de ouro em pó e de pepitas ou por meio dos rendimentos da mineração clandestina, que eram praticadas costumeiramente à noite ou nos dias de folga. Outra forma de um escravo conseguir a alforria era juntando seu próprio dinheiro, o que só era possível devido a uma condição peculiar, a de autoaluguel, situação na qual o escravo pagava um valor ao seu dono para trabalhar para si mesmo. Havia também leis que promoviam a alforria a escravos que conseguiam realizar efeitos tidos como raros. De acordo com Kok (1997), uma lei de 24 de dezembro de 1734 determinou que um escravo que encontrasse um diamante de 20 quilates, um feito raro, receberia como recompensa a alforria. Neste período, houve um aumento considerável nas compras de alforrias na região mineradora.

Segundo Fausto (1994, p. 65), "O ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio." Percebemos também que, durante a década de 1760, a produção das lavras entrou em queda de forma acentuada, o ouro de aluvião se tornava cada vez mais raro no garimpo e faltava técnica aos mineiros para extração do metal nas outras formas em que ele era encontrado. Em meados de 1780, as minas estavam no seu pior momento, e a não solução deste problema fez

com que muitos escravocratas permitissem a alforria aos escravos que não eram passíveis de venda, como mulheres, crianças e idosos, para que os custos com a fazenda caíssem e os lucros se mantivessem.

Entretanto, ao contrário das expectativas, a queda abrupta na mineração não fez com que a escravidão tivesse fim, de forma inesperada, o início e o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil, no final do século XVIII, absorveu uma parte significativa dos escravos.

5. ASCENSÃO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NO BRASIL

Já no século XIX, o aumento do consumo de café nos mercados nacionais e internacionais, principalmente Estados Unidos e Europa, favoreceu a produção do gênero no Brasil. Além disso, as grandes quedas nos mercados de açúcar, algodão e cacau levaram os fazendeiros a investir no cultivo do chamado “ouro negro”.

Neste período, um acontecimento impactou significativamente a estrutura da colônia, fazendo com que o país se estabelecesse ainda mais como uma nação voltada à exportação. Como discorre Prado Jr. (1945), em 1807, fugindo dos exércitos napoleônicos que invadiram e ocuparam o Reino português, o Regente D. João imigrou para o Brasil. O Rio de Janeiro se transformou na sede da monarquia portuguesa. O Regente, ao desembarcar no Brasil, assinou um decreto que abria os portos da colônia a todas as nações, tornando o comércio internacional livre. Este período se caracterizou pelo desmantelamento da base essencial em que assentava o domínio colonial português. A Inglaterra, que auxiliou a corte portuguesa em sua fuga, buscou a todo custo compensar-se com a grande colônia americana de Portugal, o Brasil.

No âmbito econômico, as medidas não somente libertaram a colônia das suas limitações ao seu livre desenvolvimento, como também procuravam estimular as atividades do país. Isso se dava através, por exemplo, da construção de estradas e da melhoria dos portos (como o de Recife). Os dados do comércio exterior se elevaram substancialmente, índice fundamental numa economia dependente como a brasileira. As exportações cresceram de forma substancial, porém, isso trouxe um desequilíbrio na balança comercial externa. A economia brasileira, fora a produção dos gêneros destinados à exportação, não conseguia concorrer com as mercadorias importadas do estrangeiro. Essa dificuldade era ampliada pelo imposto ad valorem de 24% sobre todas as importações, estabelecido ao decretar-se a liberdade do comércio, com posterior benefício à Inglaterra, dada a

redução para 15%. A produção brasileira voltou-se, cada vez mais, aos poucos gêneros de sua especialidade e que se destinavam à exportação.

Visando a obtenção dos altos lucros via exportação, os produtores iniciaram uma ampliação sistêmica do cultivo, assim, as plantações de café rapidamente tomaram grandes proporções no Vale do Paraíba. Este complexo cafeeiro, apesar de lucrativo em seu início, encontrou diversos problemas, como o território disponível para produção e a falta de investimento em tecnologias de transporte, esses e outros fatores, que serão abordados em outro momento, levaram a produção a se estender por São Paulo, onde teve seu maior desenvolvimento, e anos depois pelo Espírito Santo, em menor proporção.

A empresa cafeeira permitiu a utilização intensiva da mão de obra escrava e absorveu grande parte dos escravizados que vieram dos engenhos de açúcar, sendo essa uma das poucas semelhanças entre as duas produções. Contudo, o início da expansão do plantio ocorreu na década de 1830, período em que a repressão inglesa ao tráfico negreiro se intensificou, o que dificultou a manutenção do sistema escravista como era conhecido, já que os preços dos escravos subiam constantemente.

Neste mesmo período, em 1822, Dom Pedro I, filho de Dom João VI, proclamou a Independência do Brasil, fazendo da colônia um Império. Essa alteração no sistema de governo não provocou rupturas sociais no Brasil: a estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual. A elite agrária, que deu suporte a D. Pedro I, foi a camada que mais se beneficiou. Além disso, a independência trouxe problemas para a economia do país. Para reconhecer a Independência do Brasil, Portugal cobrou uma quantia considerável da sua antiga colônia e, para pagar a dívida, o imperador teve de recorrer a um empréstimo da Inglaterra, o que deu início à dívida externa brasileira.

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, houveram dificuldades para suprir a crescente demanda por mão de obra por parte da produção de café. Desta forma, parte dessa demanda foi suprida pela transferência de escravos das províncias do açúcar para as províncias do café, o que diminuiu a participação de escravos em atividades açucareiras (DE CASTRO, 1973).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo começa apontando que a colonização brasileira é um desdobramento da expansão ultramarina europeia, em que a necessidade de se obter novos mercados pelos países europeus, os

levou a um esforço ultramar em busca de novas regiões. Buscou-se, também, evidenciar que a procura por metais preciosos e os constantes ataques sofridos ao território português, levaram ao início da produção agrícola e da habitação da colônia. Além disso, as variações dos preços do açúcar no mercado internacional, a busca de ouro, o surgimento da economia mineradora e o desenvolvimento de uma produção cafeeira no Brasil, explicitam como a metrópole, com base no "exclusivo metropolitano", se apropriou de grande parte dos lucros gerados na colônia.

Embora muitos dados quantitativos sobre os lucros gerados pelas atividades desenvolvidas no Brasil colônia tenham se perdido (DE CASTRO, 1973), este artigo buscou demonstrar como a atividade escravista era lucrativa em todas suas etapas, e como tal lucro foi essencial para a manutenção da colônia por parte de Portugal. A mão de obra escrava se mostrou fator determinante na exploração da cana-de-açúcar, o que possibilitou a defesa do território por parte dos portugueses. Outra fonte de lucro era o próprio tráfico negreiro, que possibilitou enormes ganhos à Coroa portuguesa. Naquele momento, a mão de obra escrava era utilizada não só para o plantio e cultivo da cana, mas também para atividades necessárias à subsistência no Brasil, como pecuária para fornecimento de alimentos e tração animal. Posteriormente, com a descoberta e a exploração do ouro na região das Minas Gerais, o trabalho escravo entra como um fator importante para a lucratividade da atividade de mineração. Embora a dinâmica da escravidão tenha mudado um pouco, e o ouro tenha atraído mais pessoas, a escravidão ainda se mostrou fundamental no processo de exploração e rentabilidade da atividade. Por fim, do período da produção cafeeira até a abolição, para De Castro (1973), foi a atividade cafeeira que sustentou a continuidade da escravidão no Brasil, a despeito da escravidão ter trazido lucros até sua abolição em 1888.

Constata-se, então, como durante três séculos, as nuances da economia do Brasil colônia se alteraram drasticamente. Contudo, o sistema escravista, desde seu início na costa africana até os diferentes tipos de escravos, é o ponto comum entre todos os processos econômicos ocorridos no período em que o Brasil foi colônia de Portugal. Desta forma, não é possível desconsiderar a importância do trabalho escravo para a rentabilidade da colônia e sua consequente manutenção pelo Império Português.

As limitações deste artigo se dão pela falta de dados que permitam mensurar de forma quantitativa os lucros obtidos através do trabalho escravo, apesar de sua importância ter sido destacada neste artigo. Outra limitação a ser considerada é que o foco do artigo se deu na influência dos fatores externos. Logo, seria interessante que estudos futuros busquem aprofundar mais nas questões internas e que, se possível, utilizem os dados disponíveis para uma mensuração quantitativa dos lucros gerados pela escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE CASTRO, Helio Oliveira Portocarrero. **Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888**. Revista brasileira de Economia, v. 27, n. 1, p. 43-68, 1973.
- FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira:(séculos XVI-XIX)**. [S.I.]: Atual, 2005
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (p. 47-78)
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. (p. 118-126,137-146)
- KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial: Índios e negros: história de escravidão e resistência na colônia**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. (p. 19-32)
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. (p. 57-116)
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. (p. 88-113)
- RIBEIRO, Darcy. **O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. (p. 113-121,272-339)
- ELTIS, David. Metodologia. In: SLAVE VOYAGES. **Tráfico transatlântico de escravos: entendendo o banco de dados**. 2010. Disponível em: <<https://slavevoyages.org/voyage/about#methodology/coverage-of-the--trade/1/pt/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.